

O PAPEL DO CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO - CAP/ES NO ENSINO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA REDE PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Chirley Batista Amaral Duarte
Chirleyd@hotmail.com
Graduada em Pedagogia
Orientadora: Prof^a. Anna Cecília Teixeira
aceciliateixeira@uol.com.br
Doutora em educação
Universidade São Marcos

RESUMO

Traz conceitos sobre as pessoas com deficiência visual, cegueira e baixa visão, um breve histórico sobre a educação especial/inclusiva no Brasil e explicações da origem e estrutura do Braille. Com base na conceituação, é apresentado o Centro de Apoio Pedagógico do Estado do Espírito Santo, dando ênfase ao trabalho que faz no apoio aos alunos com deficiência visual da rede pública estadual. A relevância do CAP/ES é justificada nos resultados obtidos nas entrevistas aplicadas aos professores, alunos e familiares, mostrando a importância do Centro no desenvolvimento cognitivo e social da pessoa com deficiência visual. Após a análise do referencial teórico e das entrevistas realizadas, constatou-se que o apoio pedagógico do CAP/ES é primordial para o desenvolvimento escolar dos seus alunos, dando-lhes oportunidades e senso de cidadania, sendo assim uma ferramenta indispensável para o acesso à uma educação de qualidade e inclusiva.

Palavras-chave: Acessibilidade. deficiente visual. Pedagógico. Inclusão.

ABSTRACT

This concepts about people with visual impairment, blindness and low vision, a brief history about special education in Brazil and explanations of the origin and structure of Braille. Based on the conceptualization, the Pedagogic Support Center of the State of Espírito Santo is presented, emphasizing the work that it does in the support to students with visual deficiency of the state public network. The relevance of the CAP / ES is justified in the results obtained in the interviews applied to teachers, students and family, showing the importance of the Center in the cognitive and social development of the visually impaired person. After analyzing the theoretical framework and the interviews carried out, it was verified that the pedagogical support of the CAP / ES is essential for the school development of its students, giving them opportunities and a sense of citizenship, thus being an indispensable tool for access to a quality and inclusive education.

Key words: Accessibility. visual impairment. pedagogical. inclusion

1 INTRODUÇÃO

Conforme a Organização das Nações Unidas – ONU, vivem no mundo, aproximadamente, 1 bilhão de pessoas com deficiência. Cabe destacar que 80 % delas estão vivendo em países em desenvolvimento. O último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2010, demonstrou que, aproximadamente, 45 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência. Os dados apontaram que no Estado do Espírito Santo elas somam quase 1 milhão.

Com esse cenário, políticas públicas de inclusão e acessibilidade são necessárias. Um bom exemplo é o Centro de Apoio Pedagógico vinculado à Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo.

O CAP funciona, atualmente, nas dependências da Escola Estadual Governador Carlos Bley, no município, Vitória/ES. Dentre os serviços prestados, pode-se destacar a aula de Braille e a impressão de materiais para diversas escolas da rede estadual.

Nesse trabalho abordaremos a importância e o papel do Centro de Apoio Pedagógico - CAP/ES no ensino dos alunos cegos e com baixa visão na rede pública do Estado do Espírito Santo.

O intuito aqui é de contribuir com o avanço da educação especial/inclusiva, verificando a eficácia de metodologias aplicadas para o aprendizado de alunos cegos e com baixa visão que frequentam o Centro de Apoio Pedagógico – CAP/ES.

Com entrevistas elaboradas com base na literatura (artigos, teses, dissertações, livros, etc), os profissionais do CAP/ES, os alunos e seus familiares, pretende-se identificar, para uma avaliação posterior, a importância de tal instituição no desenvolvimento escolar desses alunos, contribuindo assim, para novas pesquisas envolvendo a deficiência visual, os processos pedagógicos e as instituições de apoio à educação especial/inclusiva.

2 CONCEITUAÇÃO

O Brasil internalizou a Convenção Mundial sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência por meio do Decreto n. 6.949 no ano de 2009. A referida norma jurídica define:

“pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.”.

De acordo com o conceito acima transcrito, pode-se afirmar que a pessoa com deficiência sensorial é um gênero, onde a auditiva e a visual são espécies. Dentre elas, existem diversas subespécies com suas características próprias. Serão tratadas aqui, a cegueira e a baixa visão, dentre outros conceitos relevantes para o presente estudo.

2.1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Os conceitos de pessoas com deficiência visual, cegas e com baixa visão, precisam ser compreendidos para que o trabalho de apoio pedagógico seja justificado.

Mesmo estando a cegueira e a baixa visão dentro do mesmo grupo, deficientes visuais, possuem características diferentes e, por isso, exigem habilidades específicas dos professores.

2.1.2 CONCEITO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL – CEGUEIRA

É denominada pessoa com cegueira (amaurose) o indivíduo que sua acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção ótica, ou seja, há perda total da visão ou pouquíssima capacidade de enxergar, incluindo a perda da capacidade de indicar a projeção da luz. A pessoa com cegueira necessita do método Braille como principal meio de leitura ou escrita. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) as maiores causas de cegueira no Brasil são doenças como: Diabetes, Glaucoma, Catarata e doenças congênitas. E ainda segundo dados do IBGE 2010, 528.624 pessoas no Brasil são incapazes de enxergar (cegos). Independente das suas causas ou em como se estabelece a perda da visão, a deficiência visual interfere no cotidiano, nas habilidades e no modo de vida da pessoa e no relacionamento com todos a sua volta, por isso se torna tão importante um Sistema Educacional Inclusivo, com projetos e leis acessíveis à pessoa com deficiência para assim assegurar melhores condições de vida. Este é um direito não só assegurado a pessoa com deficiência visual, mas às pessoas com algum tipo de deficiência, como aponta Carvalho (1997): "Na verdade o apoio

especializado sempre será necessário, seja ao próprio aluno, ao seu professor, principalmente se do ensino regular ou à sua família. É importante que no projeto pedagógico da escola tais apoios estejam pensados para que se organizem espaços físicos adequados, com horários previstos para atendimentos (p.96)."

2.1.3 CONCEITO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL – BAIXA VISÃO

A Baixa visão ou Visão subnormal ocorre quando nem óculos, nem lentes de contato fazem a pessoa enxergar melhor, caracteriza-se pelo comprometimento de 30% da visão do olho melhor, mesmo após tratamento ou correção. As pessoas com baixa visão podem ler textos impressos ampliados ou com uso de recursos óticos especiais. Segundo dados do IBGE 2010, 6.056.654 pessoas no Brasil possuem grande dificuldade permanente de enxergar (Baixa visão ou Visão subnormal). É preciso destacar que os indivíduos com Baixa visão não enxergam todos da mesma forma, pois cada um possui características individuais, por isso é fundamental que cada pessoa seja tratada particularmente, muitas são crianças consideradas cegas, e começam a aprender Braille, quando poderiam perfeitamente ser alfabetizadas.

O otimismo pedagógico de Vygotsky com relação as pessoas com deficiência podem servir como exemplo, pois defendia claramente que as deficiências podiam ser totalmente superadas através de vias alternativas. " Que verdade libertadora para o pedagogo: o cego desenvolve uma superestrutura psicológica com base na função falha, com um única tarefa: substituir a visão; o surdo, de todas as maneiras, desenvolve meios de superar o isolamento e a reclusão da mudez!... Não sabíamos que um defeito não é apenas pobreza psicológica, mas também uma fonte de riqueza, não só fraqueza, mas uma fonte de força (Vygotsky, 1927c, pp 40-1)".

3. EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

O termo educação especial já é utilizado há algum tempo quando se trata do processo pedagógico dos alunos com deficiência. Portanto, uma breve análise histórica faz-se necessária e útil para a compreensão da evolução do ensino para os alunos com deficiência visual.

Após a abordagem histórica, será feita uma análise sucinta das metodologias utilizadas pelos professores no ensino dos seus alunos com deficiência.

3.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

A educação especial brasileira formou-se em um contexto onde a educação pública tinha pouca atenção, o ensino era precário. Entre 1872 e 1878 registrou-se que mais da metade da população brasileira era analfabeta e apenas 2% era escolarizada, mesmo após a Constituição de 1824 conceder a instrução primária gratuita a “todos os cidadãos”. Apesar da educação ser prevista para “todos”, a maioria da população grande parte trabalhadora e escrava não estava incluída e nem as pessoas com deficiência. O descaso do poder público era notório em relação à educação de indivíduos com deficiências, mas também de modo geral a educação popular.

No Brasil, a educação especial direcionada a pessoa com deficiência foi desenvolvido separadamente da educação oferecida a população que não apresentavam comportamentos ou características que o definisse como “anormal”. Com esta separação no atendimento educacional especial constituiu-se um sistema individual de ensino, de modo que os alunos com deficiência fossem educados em locais separados dos demais alunos considerados “normais”. Pesquisas desenvolvidas em países da Europa, mostraram que os alunos não se beneficiavam totalmente da educação pública. Acreditava-se que ao medir a inteligência das crianças de acordo com a idade era possível separá-las como “normais” e “anormais”, assim seria mais benéfico a separação do processo educativo.

A primeira escola para crianças anormais, foi fundada em 1903 no Rio de Janeiro, conhecido como Pavilhão Bourneville, os deficientes mentais eram atendidos em hospitais. Em 1887 surge a Escola México, criada com espaços voltados a educação de pessoas com deficiências intelectuais e físicas.

O registro do histórico da educação especial no Brasil foi estabelecido no final do século XIX, através de uma experiência europeia, com influência de José de Alvares de Azevedo, um idealista da Educação dos Cegos, foi criado em 1854 o Instituto dos Meninos Cegos dirigido por Benjamin Constant. Em 1857, foi fundada a Instituição Imperial Instituto dos Surdos-Mudos sob a direção do francês Edouard Huet.

3.1.2 METODOLOGIAS UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

O sistema Braille consiste em um código universal de leitura tátil e de escrita, com o intuito de ser usado por pessoas cegas.

Louis Braille, um jovem que ficou cego aos 3 anos de idade, foi o seu criador, apresentando em 1825 a primeira versão do seu sistema de escrita e leitura com pontos em relevo para a utilização do deficiente visual.

Esse sistema consiste em 64 pontos em relevo que devem obedecer a medida padrão, e a dimensão da cela Braille. Deve corresponder a unidade de percepção da ponta dos dedos.

Este sistema requer do professor um atendimento próximo e individual ao aluno, sendo uma fonte de aconselhamento e apoio, à medida que escuta e esclarece as dúvidas do aluno.

O código Braille não foi a primeira iniciativa que permitia a leitura por cegos. Havia métodos com inscrições em alto-relevo, normalmente feito por letras costuradas em papel, que eram muito grandes e pouco práticos. Quatro anos antes de criar seu método,

Louis Braille teve contato com um capitão da artilharia francesa que havia desenvolvido um sistema de escrita noturna, para facilitar a comunicação secreta entre soldados, já utilizando pontos em relevo. Braille simplificou esse trabalho e o aprimorou, permitindo que o sistema fosse também utilizado para números e símbolos musicais.

A sala de recursos especiais é um ambiente de natureza pedagógica, orientado por um professor especializado que complementa o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino.

Esse serviço é realizado em escola com equipamento e recursos pedagógicos específicos, adequados às necessidades especiais do aluno.

O atendimento pode ser individual ou em pequenos grupos, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum.

O professor assume o papel de facilitador da aprendizagem, preparando o aluno para desenvolver habilidades e utilizar instrumentos de apoio que facilitem o aprendizado nas salas regulares.

4 A HISTÓRIA DO CAP/ES

O Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às pessoas com Deficiência – CAP resulta de um trabalho conjunto entre a Secretaria de Educação Especial e as entidades filiadas à União Brasileira dos Cegos – UBC (Associação Brasileira de educadores de Deficientes Visuais, o Instituto Benjamim Constant do Rio de Janeiro e a Fundação Dorina Nowil para cegos de São Paulo).

O objetivo do CAP / MEC é garantir as pessoas cegas e às de visão subnormal o acesso a conteúdo programático desenvolvido na escola regular de ensino, o acesso a literatura, à pesquisa e à cultura. Para isso utilizam-se de equipamentos de tecnologia moderna como a informática, da impressão de livros em Braille, aula de mobilidade e escrita/leitura em Braille.

O Movimento pela educação inclusiva, no Espírito Santo, tornou-se mais forte a partir da década de 90 quando ocorreu a ampliação do número de alunos matriculados na rede de ensino, em substituição gradativa das classes especiais por salas de recursos e atendimentos itinerantes, destacando a criação do Centro de Apoio Pedagógico para atendimento a pessoas com deficiência visual – CAP.

O CAP foi criado em 1998, em parceria e incentivo do MEC/FNDE e está situado em Vitória, capital do Estado, com o objetivo de atender alunos, professores, e apoiar as famílias dos alunos e está vinculado à Secretaria de educação –SEDU, tornando seu processo de atendimento pouco flexível pois seguem leis e normas da administração pública.

4.1 A ATUAÇÃO DO CAP/ES

O CAP oferece serviços de suplementação didática e apoio pedagógico ao sistema de ensino, ofertando aulas para reabilitar o educando que depara com a deficiência visual já em idade avançada.

Sua finalidade é promover a formação de professores para que atuem na educação especial, mais especificamente na área de deficiência visual, bem como: Orientação e Mobilidade, estimulação visual, informática para deficientes visuais (DOSVOX), Braille, Produção de Livro digital Acessível – MEC DAISY, Transcritor de Livro Braille.

O Centro de Apoio Pedagógico, é um serviço disponibilizado pelo Estado do Espírito Santo para garantir o atendimento da necessidade direta do educando em sua área educacional. Este centro de referência atende à demanda das escolas municipais, estaduais e particulares visto que o objetivo principal é promover a autonomia e independência das pessoas com deficiência visual através do acesso à informação de livros, jornais e revistas, textos, trabalhos e outros.

A importância de uma educação com foco na criança com o objetivo de garantir que sua escolarização seja bem-sucedida e que isso aconteça para todos, é descrito e enfatizado na Declaração Mundial sobre educação para todos.

É fundamental para o sucesso da pessoa com deficiência visual e / ou subvisão, a adoção de um sistema educacional mais flexível e adaptativo capaz de levar em consideração as diferentes necessidades apresentadas pelos educandos, e além disso é um forte elemento de inclusão.

Partindo da premissa de que as pessoas com deficiência visual devem estar incluídas nas escolas regulares e que devem ter acesso a materiais educativos que os permitam evoluir em seu aprendizado é importante a existência de uma pedagogia centrada, capaz de ir ao encontro das necessidades das pessoas com deficiência visual.

Em 1990 foi realizada a Conferência Mundial de Educação para todos, na Tailândia onde falou-se sobre a ideia de “escola para todos”. A ideia exposta na Conferência ganhou força e resultou em legislação e documentos legais que legitimaram a vontade da sociedade na luta em prol do direito à educação igual para todos.

Em relação ao atendimento à pessoa com deficiência visual, Vygotsky defende:

“Importa que a educação seja orientada em direção a plena validade social e a considere como um ponto real e determinante, e não se nutra na ideia de que o cego está condenado a menos valia. (VYGOTSKY,1996)”.

“Para ele, a cegueira não é somente um desafio, mas uma fonte de atitudes, de força criativa, já que cria uma nova e peculiar configuração de personalidade, e a força motriz fundamental da compensação da cegueira seria a linguagem – o signo- para o que não tem limites naturais: “a palavra vence a cegueira”. (VYGOTSKI,1996)”.

O poder público faz sua intervenção de forma direta, caso o aluno não esteja contemplado com o material didático acessível para o seu desenvolvimento interpessoal.

O CAP é responsável pela construção do material didático pedagógico que é solicitado pelas escolas estaduais, municipais e particulares conforme a demanda de educandos nesta situação de deficiência visual (pessoas cegas ou com baixa visão). O Centro está aberto aos atendimentos individuais demandados pela sociedade que buscam: o aprendizado da escrita Braille, orientação e mobilidade, estimulação, música ou aprendizado do DOSVOX chamada de informática acessível.

Este atendimento é realizado de forma direta, a pessoa com deficiência ou familiar chega ao CAP, recebe a informação sobre o serviço e faz a opção de seu interesse no momento e passa a frequentar as aulas. O atendimento é realizado semanalmente com intuito de incluí-lo novamente na sociedade. O CAP torna-se uma possibilidade de ampliação do espaço social vivenciado pela pessoa com deficiência visual que vivencia as barreiras impostas pela sociedade.

A ampliação do espaço social se dá, pois é disponibilizado o acesso à cultura letrada e da formação da cidadania. Nesse contexto encontram-se as funções do Atendimento Educacional especializado, objetivando ensinar o sistema Braille à pessoa com deficiência visual congênita ou adquirida, potencializar o uso dos sentidos remanescentes e o uso do resíduo visual, no caso da pessoa com baixa visão. O CAP prioriza oportunizar o atendimento às pessoas em idade avançada que estão fora da escola regular e que por vezes não querem retornar ao sistema de ensino tradicional, onde seu interesse é apenas o aprendizado do Braille.

1. ENTREVISTAS APLICADAS

No presente capítulo serão transcritos 3 entrevistas que foram aplicadas a : 1 aluno; mãe de 1 aluno; e 1 professora, todos do CAP. As perguntas foram elaboradas com base no referencial teórico proposto nos capítulos anteriores.

Para preservar a identidade dos entrevistados, optou-se por colocar apenas as primeiras letras dos seus nomes.

1.1. ENTREVISTA COM O ALUNO

Nome: J. E.

Idade: 37

Cego ou com baixa visão: baixa visão

Há quanto tempo frequenta o CAP: 1 ano

Quais aulas frequenta no CAP: aula de Braille e iniciei, mas tive que parar, aula de flauta doce.

Qual importância do CAP para você: é um local onde consegui aprender uma importante ferramenta para minha autonomia. Desenvolvi a leitura e a escrita em Braille e, com isso, descobri um novo mundo. O CAP é muito importante para os cegos, as pessoas com baixa visão e para os seus familiares. Sinto-me mais confiante. Gostaria que houvesse mais investimentos, para que mais pessoas pudessem participar.

1.2. ENTREVISTA COM O FAMILIAR

Nome do aluno: G. S.

Parentesco com o aluno: mãe

Idade do aluno: 5 anos

Há quanto tempo ele frequenta o CAP: 6 meses

Quais aulas ele frequenta no CAP: estimulação tátil

Qual a importância do CAP para sua família: o CAP está sendo muito importante para meu filho porque ele está ganhando mais confiança e aproveitando melhor os locais que ele conhece. Ele agora está aguardando a idade para fazer aula de mobilidade, eu estou vendo bons resultados dos trabalhos que a professora está fazendo com ele, sinto que cada dia ele se torna mais independente e confiante para realizar atividades que antes ele não realizava.

1.3. ENTREVISTA COM O PROFESSOR

Nome: L. B.

Formação: Graduação em pedagogia, curso avulso para atuar com deficiência visual e pós-graduação em educação especial e inclusiva.

Há quanto tempo trabalha no CAP: 2 anos no CAP e 12 anos com educação especial (visão).

Qual trabalho desenvolve no CAP: alfabetização em Braille e reabilitação de adultos que não frequentam escola regular.

Qual a importância do CAP para os alunos: no ES só existe um CAP onde deveria ter outros 3 ou 4 para atender outras regiões. O trabalho fica a desejar nessa área, pois atende pessoas do interior. Como temos outros atendimentos, Braille, música, mobilidade, informática e estimulação, os alunos que vêm do interior aproveitam o dia para fazerem todas as aulas. Acaba que eles não aproveitam todas as modalidades. Acredito que o Braille não é para todos. O aproveitamento vai depender da idade do aluno, os adultos desenvolvem bem e compartilham isso com o professor e família, mas os alunos com pouca idade, que dependem de familiares, não conseguem essa interação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o estudo, passando pela conceituação da história do CAP e entrevistas aplicadas, percebe-se que a instituição é de suma importância para o desenvolvimento dos alunos cegos e com baixa visão da rede pública estadual e também, para os adultos que não frequentam mais tais escolas.

Um ponto que pode se destacar sendo primordial é a necessidade da criação de novas unidades do CAP no Estado do Espírito Santo, pois são muitas as pessoas com deficiência visual que poderiam ser beneficiadas com o trabalho oferecido pela instituição.

A deficiência visual precisa ser levada a sério pelos gestores públicos. Políticas públicas precisam ser criadas para que os cegos e as pessoas com baixa visão tenham autonomia. O Braille precisa ser disseminado entre os professores e entre os muitos usuários dessa importante ferramenta, é preciso investimentos e um olhar diferenciado na Educação voltada para pessoas com essa deficiência.

Para novas pesquisas, sugere-se a aplicação de questionários a todos os professores como objetivo de se levantar o perfil e o projeto pedagógico que cada um traz consigo, para que seja feita a contratação de profissionais capacitados e realmente voltados para assumir essa grande responsabilidade. Além disso, será de extrema relevância a avaliação dos resultados práticos na vida dos adultos que estão fora da escola e que aprendem o Braille.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luciana; MAFFEI, Gabriela; MARCONDES, Keila. **Educação inclusiva: princípios e práticas**. Ribeirão Preto: Uniseb Interativo, 2014.

CARVALHO, R.E. **A nova Ldb e a educação especial**. Rio de Janeiro:WVA,1997.

Declaração Mundial sobre Educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtiem / Tailândia; UNESCO, 1990.

FONSECA, Vitor. **Educação especial.** 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

GLAT, Rosana (organização). **Educação inclusiva:** cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

LOPES, Magda França. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed Editora S.A. 2007

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil. história e políticas públicas.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

VALSINER, J.; VEER, R.V.D. **Vigotsky:** uma síntese. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

VYGOTSKY, L.S. **Obras escogidas. Torno V. Fundamentos de defectologia.** Cuba: Editora Pueblo y Educación, 1989.

VIGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Portal do MEC. **Declaração de Salamanca.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 15 set. 2017.

_____. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_e_dv.pdf> Acesso em: 15 set. 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais 1994.** Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>> Acesso em: 14 set. 2017.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL. **O que é Visão Subnormal ou Baixa Visão.** Disponível em: <<https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/o-que-e-visao-subnormal-ou-baixa-visao/>> Acesso em: 14 set. 2017

REVISTA ESCOLA. **Conheça as Salas de Recursos que Funcionam de Verdade para a Inclusão.** Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1507/conheca-as-salas-de-recurso-que-funcionam-de-verdade-para-a-inclusao>> Acesso em: 15 set. 2017.